



PORTARIA Nº 571/2022

A **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**, Desembargadora Waldirene Cordeiro, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo regramento contido no art. 16, II, da Lei Complementar Estadual nº 221/2010 c/c o art. 361, I, do Regimento Interno e,

CONSIDERANDO o teor da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2020, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216, todos da Constituição Federal; altera a Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei Federal nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução nº 215, de 16 de dezembro de 2015 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei Federal 12.527, de 18 de novembro de 2011;

CONSIDERANDO a publicação da Portaria nº106, de 31 de março de 2022, que institui o regulamento do Ranking da Transparência do Poder Judiciário para o ano 2022; e

CONSIDERANDO a necessidade contínua do aprimoramento da gestão pública, mediante a criação de mecanismos que garantam a efetividade das ações de transparências,

RESOLVE:

Alterar o Anexo I e II da Portaria nº437/ 2022;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

ANEXO I
RANKING DA TRANSPARÊNCIA

Item	Eixo - 2022	Item - 2022	Fundamento Normativo CNJ - 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável - 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
1	Gestão	1 – Objetivos estratégicos, metas e indicadores?	Art. 6o, I, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/adm/gestao-estrategica/planejamento-estrategico-2021-2026/	DIGES	Biênio	Resolução TPADM Nº 259/2021	
2	Gestão	2 – Os resultados alcançados pelo órgão?	Art. 6o, I, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-rae	DIGES	Biênio	Resolução TPADM Nº 259/2021	
3	Gestão	3 – O registro das competências e responsabilidades do órgão?	Art. 6o, I, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/wp-content/uploads/2022/03/Regimento_Interno_TJAC.pdf	DIINS	Anual	Resolução Nº 52/2021	
4	Gestão	4 – Estrutura organizacional, demonstrada de forma textual ou gráfica, que apresente claramente	Art. 6o, II, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/adm/estrutura-organizacional/	DIINS	Anual	Lei Complementar Nº 221/2010	105



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2022	Item - 2022	Fundamento Normativo CNJ - 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável - 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
		a relação hierárquica entre as unidades?						
5	Gestão	5 – Os atos normativos expedidos pelo órgão?	Art. 6o, V, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/legislacao	DIINS	Semanal	Resolução Nº 52/2021	
6	Gestão	6 – Os dados gerais para o acompanhamento de programas, ações e projetos?	Boas práticas	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/acesso-a-informacao/projetos-acoes-e-programas/	DIGES	Anual	Resolução CNJ 325/2020	106
7	Gestão	7 – Os levantamentos estatísticos sobre a atuação do órgão, conforme glossários e indicadores da Resolução CNJ no 76/2009?	Art. 6o, IV, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/estatistica/	NUEGE	NA	NA	
8	Gestão	8 – O site dispõe de mecanismo que possibilite o acompanhamento dos respectivos procedimentos e	Art. 6o, IX, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://sei.tjac.jus.br/	DIINS	NA	NA	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2022	Item - 2022	Fundamento Normativo CNJ - 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável - 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
		processos administrativos instaurados que não se enquadrem nas hipóteses de sigilo?						
9	Audiências e Sessões	9 – As audiências públicas, consultas públicas ou outras formas de participação popular?	Art. 9o, II, da Lei no 9.527/2011.	https://www.tjac.jus.br/adm/gestao-estrategica/gestao-participativa	DIINS	NA	Notícia	129,3
10	Audiências e Sessões	10 – O calendário das sessões colegiadas?	Art. 6o, VI, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/tribunal/jurisdicional/pautas-de-julgamentos/	DIJUD	NA	NA	
11	Audiências e Sessões	11 – A pauta de julgamentos?	Art. 7o, V, da Lei no 12.527/2011.	http://esaj.tjac.jus.br/cposg/pcpoOrgaosJulgadores.jsp	DIJUD	NA	NA	
12	Audiências e Sessões	12 – O site possibilita a transmissão ao vivo, pela internet, das sessões dos órgãos colegiados do tribunal ou conselho?	Art. 22 da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/tribunal/jurisdicional/sessoes-on-line/	DITEC	Semanal	Resolução N° 52/2021	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2022	Item - 2022	Fundamento Normativo CNJ - 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável - 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
13	Audiências e Sessões	13 – O vídeo da sessão dos órgãos colegiados é disponibilizado para acesso?	Art. 22, § 2o, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/tribunal/jurisdicional/sessoes-on-line/	DITEC	Semanal	Resolução Nº 52/2021	
14	Audiências e Sessões	14 – A ata das sessões dos órgãos colegiados?	Art. 22, § 2o, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/tribunal/jurisdicional/presenca-em-plenario/	DIJUD	Anual	Resolução Nº 52/2021	107
15	Audiências e Sessões	15 – A presença em Plenário?	Art. 8o da Lei no 12.527/2011.	https://www.tjac.jus.br/tribunal/jurisdicional/presenca-em-plenario/	DIJUD	Anual	Resolução Nº 52/2021	107
16	Audiências e Sessões	16 – A pauta das reuniões de comissões e respectivos resultados e atas?	Art. 7o, V, da Lei no 12.527/2011.	https://www.tjac.jus.br/tribunal/comissoes-permanentes/atas-e-deliberacoes/	SEAPO	Anual	Resolução Nº 52/2021	107
17	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	17 – Telefone das respectivas unidades?	Art. 6o, II, da Resolução CNJ nº 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/adm/enderecos-e-telefones/	DIINS	Mensal	Portaria Nº 648/2021	105
18	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	18 – Horários de atendimento ao público?	Art. 6o, II, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/comarcas/atendimento-ao-publico/	DIINS	Mensal	Portaria Conjunto Nº 35/2021	105



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2022	Item - 2022	Fundamento Normativo CNJ - 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável - 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
19	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	19 – O campo denominado ‘Serviço de Informações ao Cidadão’ na página inicial?”	Art. 7o da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/	OUVID	NA	NA	
20	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	20 – O sítio eletrônico tem uma dimensão denominada "Carta de Serviços ao Cidadão"?	Lei no 13.460/2017, art. 7o.	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/aceso-a-informacao/carta-de-servicos-ao-cidadao/	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	110
21	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	21 – Há indicação do órgão ou unidade orgânica responsável pelo SIC?	Art. 10 da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/ouvidoria/servico-de-informacoes-ao-cidadao-sic/	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	
22	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	22 – Existe indicação precisa no site de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) a que o cidadão possa entregar pessoalmente o pedido de	Art. 10 da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/ouvidoria/servico-de-informacoes-ao-cidadao-sic/	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2022	Item - 2022	Fundamento Normativo CNJ - 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável - 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
		acesso a informações?						
23	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	23 – Existe indicação precisa no site de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) no qual o cidadão possa enviar pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC)?	Art.10 da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/ouvidoria/servico-de-informacoes-ao-cidadao-sic/	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	
24	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	24 – O site indica a possibilidade de acompanhamento posterior do pedido de acesso à informação?	Art. 9o, I, alínea "b", e art. 10, § 2o, da Lei no 12.527/2011.	https://www.tjac.jus.br/ouvidoria/servico-de-informacoes-ao-cidadao-sic/	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2022	Item - 2022	Fundamento Normativo CNJ - 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável - 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
25	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	25 – As Respostas a Perguntas mais frequentes da sociedade (FAQ)?	Art. 6º, VIII, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	
26	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	26 – Relatório estatístico anual contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes?	Art. 41, III, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/ouvidoria/relatorios-ouvidoria/	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	
27	Ouvidoria	27 – O site disponibiliza serviço que permita o registro de denúncias e reclamações?	Resolução CNJ no 432/2021, art. 5º.	https://www.tjac.jus.br/destaques/disque-corrupcao/	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	
28	Ouvidoria	28 – O site disponibiliza serviço que permita o acompanhamento	Resolução CNJ no 432/2021, art. 5º.	https://www.tjac.jus.br/ouvidoria/	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2022	Item - 2022	Fundamento Normativo CNJ - 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável - 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
		de denúncias e reclamações?						
29	Ouvidoria	29 – O site disponibiliza avaliação do serviço de registro de denúncias e reclamações?	Resolução CNJ no 432/2021, art. 5o.	https://www.tjac.jus.br/ouvidoria/	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	
30	Tecnologia da Informação e Comunicação	30 – O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação-PDTIC, vigente?	Art. 6o, da Resolução CNJ no 370/2021.	https://g2tic.tjac.jus.br/pdtic/	DITEC	NA	NA	
31	Tecnologia da Informação e Comunicação	31 – O Órgão publica o Plano de Contratações de Soluções de TIC, vigente?	Arts. 6o e 7o, da Resolução CNJ no 182/2013. Resolução CNJ no 370/2021.	https://g2tic.tjac.jus.br/plano-de-contratacao/	DITEC	NA	NA	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2022	Item - 2022	Fundamento Normativo CNJ - 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável - 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
32	Tecnologia da Informação e Comunicação	32 – O Órgão possui Painel com Informações relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação, que permitam a extração de dados públicos?	Art. 33, inciso V, da Resolução CNJ no 370/2021.	https://transp-serv.tjac.jus.br/rhsysportaltransp/#!/relacaoservidores	DITEC	NA	NA	
33	Tecnologia da Informação e Comunicação	33 – O portal institucional possibilita a extração de relatórios em diversos formatos eletrônicos, preferencialmente abertos, e não proprietários, tais como planilhas e texto (CSV, RTF), de modo a facilitar a análise das informações?	Art. 6o, § 4o, II, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://transp-serv.tjac.jus.br/rhsysportaltransp/#!/relacaoservidores	DITEC	NA	NA	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2022	Item - 2022	Fundamento Normativo CNJ - 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável - 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
34	Tecnologia da Informação e Comunicação	34 – O portal (sítio) institucional possibilita o acesso automatizado por sistemas externos (ex: web-services ou api's) em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina?	Art. 6º, § 4º, III, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://transp-serv.tjac.jus.br/rhsysportaltransp/#!/relacaoservidores	DITEC	NA	NA	
35	Tecnologia da Informação e Comunicação	35 – O portal (sítio) institucional permite o acesso ao conteúdo para pessoas com deficiência, em atendimento ao estabelecido pela ENTIC-JUD (art. 19, da Resolução CNJ no 370/2021) a qual dispõe sobre o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico?	Art. 6º, § 4º, VIII, da Resolução CNJ no 215/2015; art. 8º, § 3º, VIII, da Lei no 12.527/11; art. 17 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo	https://www.tjac.jus.br/servicos/acessibilidade/	DITEC	Anual	Lei Nº 13.146	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2022	Item - 2022	Fundamento Normativo CNJ - 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável - 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
			Decreto Legislativo no 186, de 9 de julho 2008.					
36	Gestão Orçamentária	36 – Mensalmente, os dados de sua gestão orçamentária e financeira na forma do Anexo I da Resolução CNJ no 102/2009? (Não se aplica ao CSJT)	Art. 6o, VII, “a”, da Resolução CNJ no 215/2015, c/c a Resolução CNJ no 102/2009.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-ane-xoi	DIFIC	Semestral	Resolução COJUS Nº 52/2021.	117,118,119
37	Gestão Orçamentária	37 – Mensalmente, os dados de sua gestão orçamentária e financeira na forma do Anexo II da Resolução CNJ no 102/2009? (Não se aplica ao CSJT)	Art. 6o, VII, “a”, da Resolução CNJ no 215/2015, c/c a Resolução CNJ no 102/2009.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-ane-xoii	DIFIC	Semestral	Resolução COJUS Nº 52/2021.	117,118,119, 122



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2022	Item - 2022	Fundamento Normativo CNJ - 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável - 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
38	Gestão Orçamentária	38 – A íntegra da lei orçamentária ou do quadro de detalhamento da despesa com a distribuição dos recursos por grau de jurisdição? (Não se aplica aos TREs, TSE, CSJT, CNJ)	Art. 4o, II, da Resolução CNJ no 195/2014.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-qdd	DIGES	Anual	Resolução CNJ Nº 195	124
39	Gestão Orçamentária	39 – O Mapa Demonstrativo da Execução Orçamentária do ano anterior, com indicação das despesas realizadas com o primeiro e o segundo graus de jurisdição? (Não se aplica aos TREs, TSE, CSJT, CJF, CNJ e STJ)	Art. 9o da Resolução CNJ no 195/2014.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-qdd	DIFIC	Anual	Resolução COJUS Nº 52/2021.	
40	Gestão Orçamentária	40 – O 'Relatório de Gestão Fiscal'? (Não se aplica ao CSJT)	Art. 55, § 2o, da Lei de Responsabilidade Fiscal.	https://www.tjac.jus.br/demonstrativos-lei-de-responsabilidade-fiscal/	DIFIC	Anual	Resolução COJUS Nº 52/2021.	121, 123



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2022	Item - 2022	Fundamento Normativo CNJ - 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável - 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
41	Gestão Orçamentária	41 – O mapa anual dos precatórios? (Não se aplica aos TREs, STM, TSE, CJF, CSJT, CNJ)	§ 1o do art. 85 da Resolução no 303, de 18 de dezembro de 2019	https://www.tjac.jus.br/adm/sepre/mapa-anual-de-precatorios/	SEPRE	Anual	Resolução CNJ nº 303/2019	
42	Gestão Orçamentária	42 – No site a relação dos contratados, com os respectivos valores pagos nos últimos três anos, exceto os sigilosos, nos termos da legislação?	Art. 128 da Lei no 13.898/2019.	https://www.tjac.jus.br/licitacoes/extratos-de-contrato/	DIFIC	Anual	Resolução COJUS Nº 52/2021.	
43	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	43 – A íntegra dos ‘Estudos Técnicos Preliminares da Contratação’, desde que não tenha sido considerada sigilosa?	Acórdão TCU no 2622/2015 – TCU – Plenário.	https://www.tjac.jus.br/licit/?tax=classificacao-anterior	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021.	
44	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	44 – A íntegra do Mapa Comparativo de Preços, documento que contém a informa-	Acórdão TCU no 2622/2015 – Plenário.	https://www.tjac.jus.br/licit/?tax=classificacao-anterior	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021.	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2022	Item - 2022	Fundamento Normativo CNJ - 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável - 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
		ção conclusiva sobre o 'Valor Estimado da Licitação', desde que não tenha sido considerada sigiloso?						
45	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	45 – A íntegra dos editais de licitação com os respectivos anexos (o anexo do edital inclui projeto básico ou termo de referência, minuta da ata de registro de preços, quando for o caso, e minuta de contrato)?	Art. 6o, VII, "a", da Resolução CNJ no 215/2015, c/c o Acórdão TCU no 2622/2015 – Plenário.	https://www.tjac.jus.br/licit/?tax=classificacao-anterior	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021.	125, 126, 127
46	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	46 – A íntegra dos questionamentos apresentados entre a publicação do Edital e a abertura da sessão pública?	Art. 6o, VII, "a", da Resolução CNJ no 215/2015, c/c o Acórdão TCU no 2622/2015 – Plenário.	https://www.tjac.jus.br/licit/?tax=classificacao-anterior	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021.	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2022	Item - 2022	Fundamento Normativo CNJ - 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável - 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
47	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	47 – A íntegra das impugnações apresentadas entre a publicação do Edital e a abertura da sessão pública?	Art. 6o, VII, “a”, da Resolução CNJ no 215/2015, c/c o Acórdão TCU no 2622/2015 – Plenário.	https://www.tjac.jus.br/licit/?tax=classificacao-anterior	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021.	
48	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	48 – O nome do vencedor da licitação?	Art. 6o, VII, “a”, da Resolução CNJ no 215/2015, c/c o Acórdão TCU no 2622/2015 – Plenário.	https://www.tjac.jus.br/licit/?tax=classificacao-anterior	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021.	
49	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	49 – A íntegra dos contratos firmados?	Art. 6o, VII, “a”, da Resolução CNJ no 215/2015, c/c o Acórdão TCU no 2622/2015 – Plenário.	https://www.tjac.jus.br/contratos/?tax=tipoc-vigente	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021.	128



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2022	Item - 2022	Fundamento Normativo CNJ - 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável - 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
50	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	50 – A íntegra dos instrumentos que substituem o contrato?	Art. 62 da Lei 8.666/1993, os art. 91 e 95 da Lei no 14.133/2021 e Lei no 12.527/2011	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/dispensa-e-inexigibilidade-de-licitacao/	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021.	
51	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	51 – A íntegra dos Termos Aditivos assinados?	Art. 6o, VII, “a”, da Resolução CNJ no 215/2015, c/c o Acórdão TCU no 2622/2015 – Plenário.	https://www.tjac.jus.br/contratos/?tax=tipoc-vigente	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021.	
52	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	52 – A íntegra do Projeto Básico, Termo de Referência e documento similar, desde que não tenha sido considerado sigiloso?	Art. 6o, VII, “a”, da Resolução CNJ no 215/2015, c/c o Acórdão TCU no 2622/2015 – Plenário.	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/dispensa-e-inexigibilidade-de-licitacao/	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021.	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2022	Item - 2022	Fundamento Normativo CNJ - 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável - 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
53	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	53 – A íntegra da autorização da dispensa ou inexigibilidade de licitação, desde que não tenha sido considerado sigilosa?	Art. 6o, VII, “a”, da Resolução CNJ no 215/2015, c/c o Acórdão TCU no 2622/2015 – Plenário.	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/dispensa-e-inexigibilidade-de-licitacao/	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021.	
54	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	54 – O órgão pública no site a íntegra dos instrumentos de cooperação (convênios, termos de cooperação, de compromisso, protocolo de intenções, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos congêneres) vigentes, exceto os sigilosos, nos termos da legislação?	Art. 129 da Lei no 13.242/2015.	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/convenios/	DIGES	Anual	Resolução COJUS Nº 52/2021.	115
55	Gestão de Pessoas	55 – O Anexo III-a da Resolução CNJ no 102/2009?	Art. 6o, VII, “c”, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-ane-xoiii	DIPES	Quadri-mestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2022	Item - 2022	Fundamento Normativo CNJ - 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável - 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
56	Gestão de Pessoas	56 – O Anexo III-b da Resolução CNJ no 102/2009?	Art. 6o, VII, “c”, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-ane-xoiii	DIPES	Quadri-mestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	
57	Gestão de Pessoas	57 – O Anexo III-c da Resolução CNJ no 102/2009?	Art. 6o, VII, “c”, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-ane-xoiii	DIPES	Quadri-mestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	
58	Gestão de Pessoas	58 – Alínea “a”	Resolução CNJ no 102/2009.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-ane-xoiv	DIPES	Quadri-mestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	
59	Gestão de Pessoas	59 – Alínea “b”	Resolução CNJ no 102/2009.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-ane-xoiv	DIPES	Quadri-mestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	
60	Gestão de Pessoas	60 – Alínea “c”	Resolução CNJ no 102/2009.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-ane-xoiv	DIPES	Quadri-mestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	
61	Gestão de Pessoas	61 – Alínea “d”	Resolução CNJ no 102/2009.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-ane-xoiv	DIPES	Quadri-mestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	
62	Gestão de Pessoas	62 – Alínea “e” (Não se aplica aos TRE's e TSE)	Resolução CNJ no 102/2009.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-ane-xoiv	DIPES	Quadri-mestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2022	Item - 2022	Fundamento Normativo CNJ - 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável - 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
63	Gestão de Pessoas	63 – Alínea “f” (Não se aplica aos TRE's e TSE)	Resolução CNJ no 102/2009.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-ane-xoiv	DIPES	Quadri-mestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	
64	Gestão de Pessoas	64 – Alínea “g”	Resolução CNJ no 102/2009.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-ane-xoiv	DIPES	Quadri-mestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	
65	Gestão de Pessoas	65 – Alínea “h”	Resolução CNJ no 102/2009 e art. 108 da Lei no 13.242/2015.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-ane-xoiv	DIPES	Quadri-mestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	
66	Gestão de Pessoas	66 – O Anexo V da Resolução CNJ no 102/2009?	Resolução CNJ no 102/2009.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-ane-xov	DIPES	Quadri-mestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	
67	Gestão de Pessoas	67 – O Anexo VI da Resolução CNJ no 102/2009?	Resolução CNJ no 102/2009.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-ane-xovi	DILOG	Quadri-mestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	
68	Gestão de Pessoas	68 – O Anexo VII da Resolução CNJ no 102/2009?	Resolução CNJ no 102/2009.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-ane-xovii/	DIPES	Quadri-mestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2022	Item - 2022	Fundamento Normativo CNJ - 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável - 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
69	Gestão de Pessoas	69 – Semestralmente, a Tabela de Lotação de Pessoal (TLP), na qual constem todas as unidades administrativas e judiciárias, com identificação nominal dos servidores, cargos efetivos, cargos em comissão e funções ocupadas?	Art. 6o, VII, “b”, da Resolução CNJ no 215/2015, c/c o art. 15, parágrafo único, da Resolução CNJ no 219/2016.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-tlp	DIPES	Quadri-mestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	
70	Gestão de Pessoas	70 – A relação de membros e servidores que se encontram afastados para o exercício de funções em outros órgãos da Administração Pública?	Art. 6o, VII, “e”, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/servidores-em-outros-orgaos/	DIPES	Quadri-mestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	
71	Gestão de Pessoas	71 – A remuneração e os proventos de membros, servidores, ativo,	Art. 6o da Resolução CNJ no 215/2015, c/c a Resolução CNJ no 102/2009.	https://www.tjac.jus.br/resolucao-102/	DIPES	Quadri-mestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2022	Item - 2022	Fundamento Normativo CNJ - 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável - 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
		aposentado, pensionista e colaboradores?						
72	Gestão de Pessoas	72 – Mensalmente, as diárias e passagens concedidas, por nome e cargo do favorecido, além da data, o destino, o motivo da viagem e o valor das diárias pagas e dos bilhetes emitidos?	Art. 3o, VI, da Resolução CNJ no 102/2009.	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/diarias-e-passagens-concedidas/	DIFIC/DILOG	Mensal	Resolução COJUS Nº 52/2021	116
73	Gestão de Pessoas	73 – O tribunal divulga os nomes dos servidores que atuam no regime de teletrabalho, com atualização mínima semestral?	Art. 5o, § 8o, da Resolução CNJ no 227/2016.	https://www.tjac.jus.br/teletrabalho/	DIPES	Mensal	Resolução CNJ Nº227/2016	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2022	Item - 2022	Fundamento Normativo CNJ - 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável - 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
74	Gestão de Pessoas	74 – O tribunal divulga na internet a relação dos profissionais ou órgãos cadastrados no Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos? (Não se aplica ao CJF, CSJT, CNJ)	Art. 3o da Resolução CNJ no 233/2016.	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/cadastro-eletronico-de-peritos-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos/	DIINS	Semestral	Resolução CNJ Nº 233/2016	
75	Auditoria e Prestação de Contas	75 – Prestações de contas do ano anterior?	Art. 8o, II, primeira parte, e III, da IN TCU no 84/2020, e legislações estaduais sobre prestação de contas.	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/cadastro-eletronico-de-peritos-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos/	AUDIN	Anual	Resolução TPADM/TJAC Nº 255 de 2021; Resolução CNJ Nº 309 de 2020; Lei Nº 4.320 de 1964; Lei Complementar Nº 101 de 2000; Resolução TCE/AC Nº 87/2013	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2022	Item - 2022	Fundamento Normativo CNJ - 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável - 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
76	Auditoria e Prestação de Contas	76 – Relatório Anual das Atividades Exercidas, Certificado de Auditoria contendo o Parecer do Órgão de Controle Interno (órgãos federais) e demais exigências da legislação de prestação de contas (órgãos estaduais)?	Arts. 4o e 5o da Resolução CNJ no 308/2020; art. 13, § 6o, da IN TCU no 84/2020, e legislações estaduais.	https://www.tjac.jus.br/adm/audin/	AUDIN	Anual	Resolução TPADM/TJAC Nº 255 de 2021; Resolução CNJ Nº 309 de 2020; Lei Nº 4.320 de 1964; Lei Complementar Nº 101 de 2000; Resolução TCE/AC Nº 87/2013	112 (não há sistema e sim publicação de relatórios periódicos)
77	Auditoria e Prestação de Contas	77 – Publicação da decisão quanto à regularidade das contas proferida pelo Órgão de Controle Externo?	Acórdão TCU no 2.622/2015 – Plenário. Boas Práticas.	https://www.tjac.jus.br/adm/audin/	AUDIN	Anual	Resolução TPADM/TJAC Nº 255 de 2021; Resolução CNJ Nº 309 de 2020; Lei Nº 4320 de 1964; Lei Complementar Nº 101 de 2000; Resolução TCE/AC Nº 87 de 2013	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2022	Item - 2022	Fundamento Normativo CNJ - 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável - 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
78	Auditoria e Prestação de Contas	78 – Plano Anual de Auditoria e Plano Anual de Capacitação de Auditoria (PAC-Aud)?	Resolução CNJ no 309/2020, arts. 32 e 69.	https://www.tjac.jus.br/adm/audin/	AUDIN	Anual	Resolução TPADM/TJAC Nº 255 de 2021; Resolução CNJ Nº 309 de 2020	
79	Sustentabilidade e Acessibilidade	79 – O Plano de Logística Sustentável (PLS)?	Resolução CNJ no 400/2021. Boas práticas.	https://www.tjac.jus.br/adm/nucleo-socioambiental-permanente/	NUSAP	Anual	Resolução TPADM Nº 258/2021	
80	Sustentabilidade e Acessibilidade	80 – Os planos de ação do PLS?	Boas práticas.	https://www.tjac.jus.br/adm/nucleo-socioambiental-permanente/	NUSAP	Anual	Resolução TPADM Nº 258/2021	
81	Sustentabilidade e Acessibilidade	81 – Os Relatórios anuais de desempenho do PLS?	Resolução CNJ no 400/2021. Boas práticas.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-rsa	NUSAP	Anual	Resolução TPADM Nº 258/2021	
82	Sustentabilidade e Acessibilidade	82 – O tribunal/conselho utiliza intérprete de linguagem brasileira de sinais em manifestações públicas?	Art. 4o, I e VI, da Resolução CNJ no 401/2021.	https://www.youtube.com/watch?v=UoC1scT03Mg	DIINS	NA	NA	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2022	Item - 2022	Fundamento Normativo CNJ - 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável - 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
83	Sustentabilidade e Acessibilidade	83 – O tribunal/conselho utiliza legenda em manifestações públicas?	Art. 4o, I e VI, da Resolução CNJ no 401/2021.	https://www.instagram.com/reel/CUFpo6gAdJ4/?igshid=YmMyMTA2M2Y=	DIINS	NA	NA	
84	Sustentabilidade e Acessibilidade	84 – O tribunal/conselho utiliza audiodescrição em manifestações públicas?	Art. 4o, I e VI, da Resolução CNJ no 401/2021.	https://www.tjac.jus.br/adm/enderecos-e-telefones/	DIINS	NA	NA	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

ANEXO II

ITENS GERAIS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Item	Descrição do item	Link da página	Unidade responsável	Periodicidade de atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
1	Produtividade de Magistrados e Magistradas		NUEGE	Mensal	Resolução TPADM nº 158/2013	
2	Prestação pecuniária	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/prestacao-pecuniaria/	Juízo de Execução	Anual	Resolução CNJ Nº 154 de 13/07/2012 Provimento CO-GER nº 16/2016	
3	Memorial de Obras	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/projetos-e-obras-desenvolvidas/	DILOG	Mensal		108
4	Relação dos Veículos Oficiais	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-veic_ofic	DRVAC	Anual		109 (Veículos - DRVAC, outras informações não foram localizadas)
5	Consulta de Empenho	https://appgrp.tjac.jus.br/grp/contabilidade/acessoexterno/dotacaoEmpenhoExterno.faces	DIFIC	Mensal		113



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Descrição do item	Link da página	Unidade responsável	Periodicidade de atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
6	Despesas	https://appgrp.tjac.jus.br/grp/contabilidade/acessoexterno/balanceteDespesaRubricaExterno.faces	DIFIC	Mensal		114
7	Receitas	https://appgrp.tjac.jus.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=80015	DIFIC	Mensal		120



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Publique-se. Cumpra-se.

Rio Branco-AC, 1º de junho de 2022.

Desembargadora **Waldirene Cordeiro**
Presidente

Publicado no DJE nº 7.078, de 3.6.2022, p. 165-169.